

TEMAS EM DEBATE

A ITÁLIA NO ENTRE-GUERRAS E A ASCENSÃO DO FASCISMO

Elson **MONTEIRO**
Departamento de História
e Antropologia da **UFPA**.

RESUMO: Neste artigo é apresentada a evolução dos acontecimentos que, após a 1ª guerra mundial, levaram a Itália ao fascismo, com ênfase na crise econômica, social e política do pós guerra, na Itália, concluindo com breve referência aos governos autoritários e repressivos que surgiram posteriormente em outros países.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo, Itália, Estado corporativo, crise.

ITALY BETWEEN TWO WORLD WARS AND THE ASCENT OF FASCISM

ABSTRACT: This article is concerned with events that after world war I lead Italy to Fascism. A short account to the ascent of Fascism is made, emphasizing Italy's economical, social and political crisis after world war I, and concluding with a brief reference to authoritarian and repressive governments that later ruled many other countries beside Italy.

KEY WORDS : Fascism, Italy, corporative state, crisis.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este trabalho é fruto de minha participação em um debate na Universidade Federal do Pará, sobre a questão do Fascismo, no qual abordei o Fascismo italiano. A questão do Nazismo foi abordada pelo Prof. **Thomas Mitschein** e a crise social da época pelo Prof. **Jean Hebete**. Após este debate, fui estimulado a escrever um artigo sobre o assunto abordado, no que resultou o presente trabalho, que serve como um ensaio para a discussão de um tema que se reveste, para nós latino-americanos, de uma contemporaneidade trágica.

Destaco, para os meus possíveis leitores, a discussão que está colocada no final do texto, a respeito das alianças táticas das oposições diante do fenômeno fascista, assim como a rápida introdução analítica sobre o papel da classe média em das situações histórico-sociais, como uma contribuição à compreensão do fenômeno do autoritarismo, de suas bases sociais, e da formulação de uma estratégia de resistência.

No presente trabalho, pretendemos levantar alguns aspectos a respeito da questão do fascismo na Itália, como elemento de introdução a um debate, sem querer considerar o mesmo como um estudo mais aprofundado sobre o problema.

Faremos uma abordagem sobre os aspectos sociais e econômicos do período que antecede a ascensão fascista na Itália como elemento introdutório, abordando posteriormente aspectos gerais sobre a questão do Fascismo.

Iniciamos com uma definição do sistema fascista, feita pelo pensador italiano **LUDOVICO INCISA**. Segundo **INCISA**, "o fascismo é um sistema polí-

tico que visa realizar o enquadramento unitário de uma sociedade em crise, em uma dimensão dinâmica e trágica, promovendo uma mobilização de massa, mediante a identificação da reivindicação social com a reivindicação nacional" (**CASUSSI**, 1962). Voltaremos mais adiante a abordar alguns pontos que esta definição levanta.

Fascismo na Itália. O Pós-guerra.

Analisando o período do pós-guerra na Itália, encontramos as causas que permitiram a tomada do Estado italiano por Mussolini e o Partido Fascista. Ao fim da primeira guerra mundial, o povo italiano, ao lado das dificuldades econômicas, que analizaremos posteriormente, sentirá uma intensa sensação de nacionalismo frustrado. Isso pode causar estranheza, uma vez que a Itália havia lutado ao lado das potências que saíram vitoriosas da guerra. É preciso, porém, ter em conta que o sentimento nacionalista italiano vinha sendo contrariado há muito tempo. Os italianos haviam perdido a Tunísia país que desejavam anexar para a França. A tentativa de conquistar a Abissínia (Etiópia) na década de 1890, terminara numa fragorosa derrota na batalha de Ádua. Estes dois acontecimentos provocaram, principalmente entre os jovens, um sentimento de humilhação e vergonha, o que vai ser aprofundado na Itália, pelos resultados, da chamada "Paz de Versalhes".

Nos acordos que se seguiram ao final da guerra, a Itália será preterida no redimensionamento territorial da Europa que será feito então, recebendo menos do que esperava. Efetivamente a Itália recebeu a maior parte dos territórios austríacos que reivindicava. Isso será, no entanto, muito pou-

co diante do esforço empreendido pelo país, que teve de mobilizar cinco milhões e meio de soldados, dos quais perto de setecentos mil foram mortos. O custo direto de sua participação na luta ultrapassou 15 bilhões de dólares. E a Itália era um país pobre. E, segundo o historiador BURNS (1977), que cita os números acima, os italianos não foram sequer admitidos a participar na distribuição das colônias alemãs na África. E é dentro deste contexto que se dá a questão de Fiume, que vai exacerbar os sentimentos nacionalistas do povo italiano, aumentando o seu desprezo pelos políticos que governavam o país, situação esta, que vai ser aproveitada por Mussolini, como veremos a seguir.

No caso de Fiume, a Conferência de Versalhes - escusou-se em definir a questão. O Primeiro Ministro italiano D'Annunzio, num gesto audaz, envia um grupo de legionários para ocupar a cidade em nome da Itália, instaurando ali um governo que foi denominado "Regência de Carnaro" (BURNS, 1977). O Ministro que substitui D'Annunzio, Giolliti, conclui em novembro de 1920 um acordo com a Iugoslávia, pelo qual este país reconhece Fiume, não como da Itália, mas como Estado Independente. Em contrapartida, a Itália renuncia à toda a Dalmácia. A opinião pública italiana foi fortemente contra este acordo. Ainda assim Giolliti manda tropas italianas expulsarem os legionários que ocupavam a cidade. Mussolini promove agitações, apoiando a ação de D'Annunzio e acusa Giolliti e toda a velha classe política de traição, exaltando a italianidade de Fiume, ao mesmo tempo que criticava a capacidade dirigente da velha classe política.

A Crise Econômica.

Ao final da guerra, a Itália sofre um violento processo inflacionário com a conseqüente alta de preços e especulação. Tem profundas dificuldades de aprovisionamento, o que atinge, inclusive, o fornecimento de alimentos à população. A alta taxa de inflação atinge duramente os trabalhadores, pois os salários não acompanham a lata dos preços em um momento em que há excesso de oferta de mão-de-obra no mercado, devido à volta de milhões de soldados à vida civil. Esta situação provoca grande agitação operária, intensificando o número de greves extensas e amiudadas. Este fato, aliado ao fechamento dos mercados estrangeiros, leva a uma parcial paralização dos negócios, o que aumenta o desemprego, acirrando a crise e provocando um verdadeiro caos econômico.

É neste quadro que começa a ocorrer a ocupação de fábricas pelos operários, quando surgem os Conselhos de Fábricas em Turim, com os trabalhadores socialistas tentando administrar as fábricas em benefício do proletariado. No campo organizam-se as chamadas "Ligas Vermelhas" para dividir as grandes propriedades e forçar os proprietários agrários a reduzir o valor dos arrendamentos.

É diante desta situação, que o grande capital passa a apoiar uma saída de força para a crise, pois acompanhando a paralização dos negócios e a quase desordem que reina em muitas partes do país, dá-se o chamado colapso do regime parlamentar.

Nas eleições de 1921, nenhum partido conseguiu obter maioria absoluta no Parlamento. E os dois maiores, o Socialista e o Popular (católico), não chegavam a um acordo para a formação do Gabinete, o que, juntamente com o deficit orçamentário

provocado pela dificuldade de arrecadação, deixa o Estado acéfalo e a sociedade italiana sem governo, parализando a máquina executiva e legislativa, sucedendo-se Ministério após Ministério, nenhum permanecendo muito tempo no governo.

É aproveitando-se dessa crise de governo, aproveitando o vazio político e a incapacidade do Estado de proteger a propriedade, de dar segurança ao cidadão, que Mussolini e os fascistas vêem o momento de tomar o Estado. Percebendo os temores da classe média, o vazio de governo, o Partido Fascista, estruturado com apoio do grande capital e com amplo recrutamento junto a pequena-burguesia, decide nesse momento dar o golpe e assumir o controle do Estado Italiano. (AQUARONE, 1965; DE FELICE, 1969).

A Marcha Sobre Roma.

Os fascistas, que até 1921 não tinham alcançado grande sucesso político, avançam neste período a organização dos "fascio", que eram unidades de agitação e combate, recrutados principalmente entre ex-combatentes desempregados, e, com uma disciplinada organização, preparam-se para tomar posse do governo, o que vai ser facilitado pela decrepitude do sistema parlamentar italiano, que praticamente abdica de todas as suas funções.

Em outubro de 1922, Mussolini apresenta um ultimato ao governo em que exige novas eleições, mudanças na política externa e cinco ministérios para os fascistas. Como o governo e o parlamento ignoram suas exigências, Mussolini ordena a marcha sobre Roma, e em 28 de outubro do mesmo ano, ocupa a cidade com um exército de 50 mil "camisas ne-

gras", o que obriga o Primeiro-Ministro a renunciar, fazendo com que o rei Vítor Emanuel III convide Mussolini para organizar o Gabinete. E assim, sem disparar um só tiro, Mussolini assume o controle do Estado, o que pode mais ser explicado pela fraqueza do governo, do que pela sua força. Deixaremos para desenvolver mais adiante, o papel que desempenharam as oposições ao fascismo na Itália, principalmente no que diz respeito à união, ou desunião de socialistas e comunistas, devido a concepções errôneas predominantes em ambos os Partidos.

A Escalada Fascista.

Para concluir este rápido retrospecto histórico a respeito da ascensão fascista na Itália, veremos sucintamente o processo de fascistização a partir da ascensão de Mussolini em 1922. Em julho de 23 Mussolini impõe ao Parlamento a aprovação de uma nova lei eleitoral segundo a qual o partido que conquistasse a maioria dos votos numa eleição nacional receberia automaticamente dois terços das cadeiras da câmara dos deputados. Nas eleições realizadas, o partido fascista consegue maioria absoluta e assim ganha dois terços do Parlamento. E com base em casuismos como esse, violência como a agressão a deputados da oposição e desonestidade, os fascistas pouco a pouco vão enfeixando totalmente o poder. (TRENTO, 1986)

Quando o Parlamento reúne-se, em maio de 1924, o deputado socialista Matteotti acusa os fascistas de violência e desonestidade nas eleições. Em seguida a esta denúncia, Matteotti é raptado e assassinado. Amainada a indignação causada por este

assassinato, Mussolini prossegue em sua política de fascistização da sociedade italiana. Em 1925 cassa a licença de todos os advogados antifascistas e abole a autonomia das cidades e vilas. Em 1926 declara a ilegalidade de todos os partidos políticos com exceção do fascista naturalmente - e o Parlamento restringe-se à ratificação de decretos.

Os Postulados Fascistas.

O Estado Corporativo. A Colaboração de Classes.

O Estado Corporativo se inspirava no princípio fundamental da colaboração de classes, em antítese ao princípio marxista da luta de classes. Não deveria haver luta entre o capital e o trabalho; eram rigorosamente proibidas as greves e os "lockouts". A legislação do trabalho (Carta del Lavoro), organiza os trabalhadores em corporações de produtores, impondo o contrato coletivo de trabalho com arbitramento obrigatório do Estado. Implanta-se a jornada de oito horas de trabalho e um amplo sistema de assistência e previdência social, realizadas pelo Estado e pelos sindicatos de categoria. Toda atividade econômica passa a ser regulada pelo Estado, mantendo-se a propriedade privada dos meios de produção. Repudia-se o liberalismo clássico, o "laissez-faire", mantendo-se o modo de produção capitalista, o que é muito lógico, pois o Partido Fascista, apesar da sua base social pequeno-burguesa, era financiado e estava a serviço do grande capital. Uma outra característica do Estado Corporativo refere-se à questão parlamentar. Em 1939 Mussolini dissolve o Parlamento. A Câmara dos Deputados, como base de representação política, ce-

deseu posto a uma "Camera dei Fasci e delle Corporazioni", cuja base de representação era por profissão e "competência"; competência cujos critérios eram estabelecidos pelos fascistas no poder.

Totalitarismo. O Primado do Estado sobre o cidadão.

No fascismo o Estado enfeixa todos os interesses e todos os poderes. "Nada deve haver acima do Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado". No fascismo só pode haver um partido fascista, uma imprensa fascista e uma educação fascista. Governar-se por decretos-lei, e como não se admite outro poder paralelo ao Estado, situamos como realização do Estado fascista - ao lado de coisas como a redução do analfabetismo e uma grande expansão industrial, principalmente da indústria metalúrgica - a eliminação da Máfia.

Comentários Gerais Sobre a Questão do Fascismo.

Passaremos a comentar agora alguns aspectos mais gerais relacionados à questão do fascismo, a partir de alguns pontos levantados pelo pensador socialista Norberto Bobbio. (DE FELICE, 1970)

O fascismo, no processo que antecede a tomada do poder na Itália contou com alguns fatores pre-disponentes, dos quais Bobbio destaca; humilhação e desagregação nacional, acompanhada por uma crise econômica profunda, que levou a intensa agitação social, assustando os grandes capitalistas e a classe média, que passam a apoiar uma saída de força para a crise.

O fascismo responde a essa expectativa. O

fascismo tem a percepção da crise, que ele aprofunda promovendo a agitação, atentados violentos, campanhas de desmoralização do governo e dos políticos, desagregando o assentamento existente, É uma ideologia da crise. Nasce como resposta a uma crise e sua correlação com eventos determinados: uma guerra e uma desocupação de massa. A tensão é o seu combustível. O fascismo é um organizador da tensão. Esta lhe permite manter a mobilização permanente da massa. O fascismo apresenta-se como um movimento salvacionista do reassentamento unitário do país, no plano coercitivo-repressivo. Surge como uma ideologia de emergência, com um programa não de imobilização e hibernação da sociedade doente, mas de avanço e desenvolvimento. A unidade proposta pelo fascismo não é estática mas dinâmica. (PARSONS, 1954, DE FELICE, ? ; AQUARONE, 1965)

O Desenvolvimentismo Fascista.

O fascismo apresenta-se como promovedor do desenvolvimento industrial, com a adoção de uma política econômica autárquica (nacionalismo e protecionismo). Promove um desenvolvimento real, apoiado por intensa propaganda, utilizando um revolucionarismo verbal, correspondendo na prática a um conservadorismo social, mitigado por uma série de concessões de tipo assistencial. A política desenvolvimentista do fascismo significa uma exigência unitária. A unidade é prioritária e essencial e, como um movimento minoritário, dotado de uma fórmula unitária, o fascismo significa o recurso à violência contra qualquer outra força nacional conflitiva, o que exige o controle de toda fonte informativa. Podemos concluir que para viabilizar a sua po-

lítica de expansão industrial favorável ao grande capital, o fascismo implica num Estado policial, repressivo e censor, cuja unidade significa o esmagamento da sociedade civil e de todas as correntes de pensamento em uma sociedade, sobrevivendo apenas a ideologia fascista. (PLUMYENNE & LA SIERRA, 1963; CASUCCI, 1962)

O Papel das Oposições no Período de ascensão do fascismo.

Pretendemos desenvolver agora uma análise pessoal a respeito do papel desempenhado pelas oposições operárias na Itália, no período em que o fascismo avança para tomar o poder naquele, país e, daí, tirar-mos uma lição histórica.

Ao estudarmos o período que vai de 1920 a 1926 na Itália, período de ascensão e solidificação do poder fascista, percebemos que o movimento operário apresenta-se profundamente dividido. Em 1921, no Congresso de Livorno, o Partido Comunista Italiano é fundado, a partir do "racha" comandado por Gramsci e Bordiga dentro do Partido Socialista. As oposições apresentam-se divididas nas eleições de 1923 e continuam divididas mesmo após 1924, quando já se delineia claramente a política autoritária e anti-operária dos fascistas. No Partido Comunista predomina a idéia de que socialistas e fascistas são a mesma coisa, o que é uma antecipação da posição do 6º Congresso da Internacional. A direção bordiguista chega ao primeiro esboço da tese do social fascismo, e Bordiga escreve: "Que o fascismo e a social-democracia tomem hoje caminhos convergentes pode parecer a muitos um paradoxo (...), mas que será confirmado no futuro. (...) Fascismo e so-

cial-democracia são dois aspectos do mesmo inimigo de amanhã" (POULANTZAS, 1973, p. 226). A mesma tática em relação aos socialistas prossegue mesmo após o assassinato do deputado socialista Matteotti pelos fascistas. Em relação à proposta de Frente Única, das oposições o P. C. I. considera que ela não deve ser aplicada senão no domínio econômico, em relação aos sindicatos e apenas para ações "reivindicatórias", mas de forma alguma ao nível político. É esta política que vai predominar no 6º Congresso da Internacional, e que só será reformulado nos meados dos anos 30, com a formação da Frente Popular na França e na Espanha, para barrar o avanço do fascismo, o que vai ser conseguido na França, e obrigará os fascistas na Espanha a travarem uma guerra civil, que só lhes dará a vitória devido à intervenção estrangeira. Esta reformulação só se deu em função não só da ascensão fascista na Itália mas principalmente por causa da ascensão nazista na Alemanha.

Desta política podemos tirar uma lição histórica. É que nos momentos de avanço do fascismo ou de regimes autoritários, ou de sua permanência ainda fortalecida no poder é fundamental manter a unidade das oposições para barrar o processo ditatorial em curso. A divisão das oposições na Itália favoreceu a tomada do poder pelos fascistas naquele país.

O erro divisionista não deve ser imputado apenas aos comunistas, mas também aos socialistas. Na Alemanha, quando os comunistas propuseram uma greve geral contra o nazismo, no momento em que Hitler assumiu a chancelaria, o Partido Social-Democrata recuou e não aceitou a proposta de uma ação unitária com os comunistas. Posteriormente, foram todos esmagados pelos nazistas.

A Questão da Classe Média.

Abordaremos agora alguns aspectos relacionados ao papel que a classe média tem exercido como base social em processos autoritários.

Em um processo de crise, a classe média, empobrecida, proletarizada e insegura, tem servido de base a processos autoritários que acenam com a oferta de segurança, moralidade na administração pública e expansão econômica. E, neste sentido, ela é manipulada pelos regimes autoritários. Mas isso decorre de sua desorganização e alienação, o que a leva a não perceber as reais razões da crise. Acharmos, então, que é fundamental a organização política dos setores ligados às chamadas camadas médias da sociedade, processo de organização esse que tem sido descuidado pelas organizações ligadas a uma proposta popular e socialista, mas que tem sido percebido e mobilizado pelas organizações de direita. Exemplos disso são o apoio dado por esse setor da sociedade, em situações de golpes autoritários e fascizantes como no Chile, Argentina, Espanha etc.

C O N C L U S ã O

Concluimos com um rápido comentário a respeito das influências do modelo fascista no plano internacional. De forma diferenciada este modelo será adotado em países como Espanha, Portugal, Grécia e regimes militares latino-americanos, dando-se naturalmente de forma diferenciada, mas mantendo-se a sua essência coercitivo-repressiva, censora, e tentando, algumas vezes, uma mobilização de massa populista e de direita.

Finalizamos assim este pequeno texto introdutório, a respeito da questão do fascismo e, por extensão, dos regimes autoritários de qualquer época e lugar, partindo da questão italiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUARONE, A. L' organizzazione dello stadalit rio. Torino, UTET, 1965.
- BURNS, Edward Macnall. Hist ria da civiliza o ocidental. 20. ed. Porto Alegre, globo, 1977. v.2.
- CASUCCI, C. Il fascismo; antologia di scritti critici. Bologna, Nigrizia, 1962.
- DE FELICE, R. Le interpretazioni del Fascismo. Bari, Laterza, 1969.
- _____. Il Fascismo; le interpretazioni dei contemporanei e degli storici. Bari, Laterza, 1970.
- PARSONS, T. Societ  e dittatura. In: _____. Essays on sociological theory. Chicago, University of Chicago, 1954.
- PLUMYENNE, J. & LA SIERRA, R. Les fascismes français; 1963. Paris, Cobeil, 1963.
- POULANTZAS, Nicos. Ditadura e fascismo. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- TRENTO, Angelo. Fascismo italiano. S o Paulo,  tica, 1986.